

ACHEGAS PARA A DISCUSSÃO DO CONCEITO DE REGIONALISMOS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Aparecida Negri ISQUERDO¹

- RESUMO: Este trabalho discute a questão dos regionalismos no português do Brasil, associando a questão da norma lexical a fatores de natureza sócio-histórica – formação étnica do povo brasileiro, processos de ocupação e povoamento do território, contatos lingüísticos, atividades econômicas – e a características ambientais que individualizam as diferentes regiões do Brasil. Examina ainda critérios para a definição dos regionalismos, com destaque para os apontados por Oliveira (1999), e analisa um recorte de regionalismos que integram o acervo lexical da língua portuguesa do Brasil com base nesses critérios.
- PALAVRAS-CHAVE: Léxico; norma lexical; regionalismo; variação diatópica; português; Brasil.

Introdução

Tomar uma decisão acerca do tema a ser abordado neste trabalho foi particularmente difícil, justamente por tratar-se de uma publicação em homenagem à Profa. Maria Tereza Biderman. Explico-me: além de ter sido ela a Mestra que me forneceu as primeiras diretrizes para os estudos sobre o léxico e que me acompanhou durante a formação acadêmica, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, trata-se de uma pessoa muito especial do ponto de vista humano, de quem continuo aprendendo inúmeras lições de vida. Assim, partindo das lições aprendidas com a Mestra, enriquecidas com a experiência individual acumulada durante o meu caminhar acadêmico (pesquisas individuais e orientação de trabalhos sobre o léxico), proponho aqui uma reflexão acerca da problemática dos regionalismos no português do Brasil.

A despeito de tratar-se de um tema de certa forma abordado, desde o século XIX, quando começaram a surgir estudos pontuais sobre o léxico do português do Brasil (ISQUERDO, 2006a, p.11-29), a questão da norma lexical regional

¹ UEL – Centro de Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – 86010-610 – Londrina – PR – Brasil. Bolsista PV/CNPq. Endereço eletrônico: anegri.isquerdo@terra.com.br

continua a representar um desafio para os estudiosos da área. Fato esse justificável pela própria diversidade lexical que caracteriza a variante brasileira da língua portuguesa, diversidade essa decorrente da história social que individualiza as diferentes regiões do Brasil em termos de processos de ocupação e de povoamento, de formação étnica da população e de características sócio-ambientais que singularizam os diferentes espaços geográficos. Em face disso, entendo que a discussão acerca das particularidades lexicais do português do Brasil não pode ser dissociada de questões de natureza histórica sobre a formação do povo brasileiro.

Contextualização histórica e a questão lingüística

Na busca de uma associação entre vocabulário regional e história social, recupero inicialmente três classificações de regiões culturais do Brasil, estabelecidas por estudiosos brasileiros, em diferentes momentos da história do País – João Ribeiro (1954),² Diégues Júnior (1960) e Darcy Ribeiro (1997) –, os quais oferecem uma visão do processo de gestação da sociedade brasileira que, por sua vez, se reflete na formação do léxico do português do Brasil.

João Ribeiro (1954, p.257), ao tratar da história da formação do Brasil, pondera que, apesar das numerosas divisões administrativas do Brasil e do fato de a língua e a tradição portuguesa de certa forma garantirem a unidade nacional, a enorme extensão geográfica e a história das antigas capitanias confirmam a existência de grandes grupos locais distribuídos por todo o território brasileiro.

Nessa perspectiva, o mesmo estudioso compara a formação do Brasil a

um vastíssimo arquipélago de ilhas humanas que só acham contacto pelo caminho do mar. O sertão, as florestas, até alguns rios inavegáveis e principalmente o defeito de escassa colonização, repartem o território em grupos distantes e quase incomunicáveis desde a época colonial. (RIBEIRO, 1954, p.257)

Cuesta e Luz (1971, p.130), recuperando essa metáfora, asseveram que nessas ilhas humanas foram se constituindo as cidades, centros irradiadores com papel importante do ponto de vista lingüístico, visto que “em ondas de acção lenta, mas eficiente, a língua culta vai-se propagando desde as cidades até aos campos dos arredores, graças ao prestígio que o homem da cidade exerce sobre o camponês”.

² Segundo o Prefácio da 14ª edição, a obra *História do Brasil*, de João Ribeiro, foi publicada em 1900. Para este trabalho, consultamos a edição de 1954.

João Ribeiro (1954) estabelece cinco *células fundamentais* que, sob sua óptica, pelo processo de multiplicação, deram origem à *textura do Brasil*. São esses os cinco grupos locais propostos: 1) o Extremo Norte (a Amazônia, o Maranhão, Piauí e Ceará); 2) o Norte (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte); 3) o Centro (Sergipe, Bahia, Ilhéus e Porto Seguro); 4) o Interior (São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso); 5) o Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (RIBEIRO, 1954, p.257-280).

Diégues Júnior (1960), por seu turno, tomando como referência os diferentes processos de colonização e de povoamento ocorridos na história do Brasil, as atividades econômicas que se destacaram nas várias regiões brasileiras em diferentes momentos da sua história, estabelece dez regiões culturais para o Brasil: *nordeste agrário do litoral, mediterrâneo pastoril, Amazônia, mineração, centro-oeste, extremo-sul pastoril, colonização estrangeira, café, cacau e sal*.

Já Darcy Ribeiro (1997), trazendo a visão do antropólogo acerca da formação do perfil do povo brasileiro (matrizes étnicas, processos civilizatórios), delimita cinco áreas culturais que representam os diferentes “brasis na história”, a que correspondem cinco tipos humanos identificadores dessas áreas, com marcas distintas que refletem características étnicas, atividades econômicas e modos de ser singulares, no âmbito da sociedade brasileira: *o Brasil crioulo, o Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, o Brasil caipira e os Brasis sulinos*.

Essas três tipologias de classificação de áreas culturais do Brasil, sob perspectivas distintas, procuram traçar um perfil da formação do povo brasileiro, atrelado a condicionantes históricos que interferiram e, de certa forma, determinaram o perfil do homem e da sociedade brasileira. Desde a formação agrária no Nordeste açucareiro, com a marcante presença das etnias indígena e africana, a expansão da atividade pastoril do Nordeste até o Centro-Oeste e as atividades extrativistas na Amazônia; a mineração que gerou a iniciativa das bandeiras e o movimento bandeirante responsável pela ocupação do interior do Brasil que, motivado pela saga dos mamelucos paulistas em busca de pedras preciosas e de ouro e de caça aos índios, gerou a ocupação de Mato Grosso, as minas goianas, os arraiais; a colonização do extremo-sul do Brasil, marcada pela disputa de territórios, pela ação das missões jesuíticas, pela ocupação do litoral por açorianos e a chegada de levas de migrantes europeus que marcaram a colonização da região, além da figura do gaúcho e do papel das estâncias na sociedade sulista. Não podem, pois, esses fatores de natureza etno-histórica serem desconsiderados, ao se focalizar a questão dos regionalismos no português do Brasil.

Acrescem-se ainda as particularidades físico-geográficas que identificam as várias regiões brasileiras em termos de características geomorfológicas, de clima, de flora e fauna, que geram hábitos culturais distintos que, por sua vez, exigem formas específicas de nomeação.

As áreas culturais apontadas individualizam-se, pois, por marcas étnicas, histórico-geográficas e lingüísticas, o que permite, por exemplo, o delinear de áreas dialetais que evidenciam características dos diferentes *falares* que convivem em um determinado território.

Não é demais lembrar a situação de contato da língua portuguesa com as línguas indígenas e africanas, no Brasil colonial, fator determinante para a configuração da variante aquém-mar do idioma transplantado. Nesse particular, Silva Neto (1986, p.595), por exemplo, pondera que “na constituição do português brasileiro há desde o século XVI duas *derivas*:³ a) uma *deriva* bastante conservadora, que se desenvolve, portanto, muito lentamente, e b) uma *deriva* a que condições sociais próprias imprimem velocidade inesperada”. No entender do filólogo,

no primeiro caso temos o falar de uma população proveniente de vários pontos de Portugal que, posta em contacto num meio tão diverso, elaborou um denominador comum que não participava das mudanças operadas na metrópole e que, por isso mesmo, era muito conservador. No segundo, pelo contrário, temos o falar das grandes massas que tiveram de aprender a língua dos senhores de modo imperfeito e muito rapidamente. (SILVA NETO, 1986, p.595)

Assim, no transcorrer dos primeiros séculos da colonização, nos diferentes núcleos populacionais, surgia uma variante lingüística que permitia a comunicação entre índios, negros e mestiços que tinham que aprender a falar a língua da minoria branca por uma questão de sobrevivência. Em face disso, na colônia falava-se um “português de tipo arcaizante e nivelado de dialectalismos que, modificados por hábitos lingüísticos de índios e negros, se substituiu a idiomas pré-colombianos e africanos menos ricos e desenvolvidos” (CUESTA; LUZ, 1971, p.131).

Nos séculos XVI e XVII, foram intensos o convívio e a miscigenação luso-tupi, o que explica a rápida difusão da *língua geral* nas áreas urbanas e rurais. É sabido que dentre as línguas faladas no Brasil nos primeiros anos da colonização, destaca-se o Tupi, a língua que se transformou em língua veicular e que favorecia a aproximação, em termos de comunicação, entre os indígenas e os colonizadores (ISQUERDO, 2006b).

Já a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, além de transplantar uma outra norma do português europeu, distinta da trazida pelos colonizadores no século XVI, provocou uma espécie de “reaportuguesamento das cidades”. Em

³ O autor vale-se de termo proposto pelo lingüista norte-americano Edward Sapir, que utiliza *deriva* como “determinada direção, que já encerra uma série de possibilidades. A rapidez ou a lentidão com que se caminha por essa estrada depende de condições histórico-sociais” (SILVA NETO, 1986, p.594).

razão disso, as falas urbanas “aproximaram-se muito mais da língua literária do que as rurais, embora estas últimas, sobretudo pelos contactos humanos, vão sofrendo, com o aumento das comunicações e a difusão do ensino, fortes influências planificadoras” (CUESTA; LUZ, 1971, p.131-132).

O século XVIII marca, portanto, o fim do período colonial, quando começa a desenhar-se uma nova realidade nacional, a do século imperial da vida política brasileira que se estende ao longo do século XIX, marcada por dois movimentos decisivos para os novos rumos da colônia: a Independência do Brasil (1822) e a Proclamação da República (1889). Esses fatos históricos exercem forte influência na questão lingüística. Inicia-se a busca da identidade do português do Brasil, quando ganha força a preocupação com a descrição da língua num afã nacionalista, representado particularmente pelos escritores românticos. A Semana de Arte Moderna (1922) retoma com veemência a questão da língua brasileira como símbolo da identidade nacional.

Em síntese, a história social do Brasil amalgama as diferentes influências e contatos sofridos pela língua portuguesa em terras brasileiras, cadinho onde se misturaram etnias, línguas e realidades culturais ímpares e singulares que resultaram nas especificidades lingüístico-culturais que identificam o homem brasileiro.

Considerando a dimensão continental do Brasil, os diferentes “brasis” que singularizam a realidade brasileira refletem-se no uso da língua, permitindo o estabelecimento de áreas dialetais no falar brasileiro. Nesse sentido, foi de suma importância a contribuição de Nascentes (1953, p.20-24) que, partindo da discussão de propostas como a de Júlio Ribeiro (1891) e a de Garcia (1915); pautando-se na divisão de grupos locais formulada por João Ribeiro (1914), justamente por entender que “sem uma base histórica não se pode fazer nada nesse assunto [divisão dialetal]”, e, após ter realizado o seu “ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá”, propôs a divisão dialetal do Brasil que até na atualidade tem servido de referência para estudos sobre a língua portuguesa do Brasil.

O filólogo dividiu o País em seis subfalares distribuídos em dois grandes grupos, o do norte e o do sul, “separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país”. Consoante essa divisão, são dois os subfalares do Norte: o *amazônico* (Acre, Amazonas, Pará e parte de Goiás) e o *nordestino* (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e parte de Goiás). Já ao grupo do Sul, o estudioso brasileiro acoplou quatro subfalares: o *baiano* (intermediário entre os dois grupos reúne os estados do Sergipe, da Baía, parte de Minas – Norte, Nordeste e Noroeste – e de Goiás); o *fluminense* (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas – Mata e parte do Leste); o *mineiro* (Centro Oeste

e parte Leste de Minas Gerais); o *sulista* (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas – Sul e Triângulo –, Sul de Goiás e Mato Grosso). Considerou como território incaracterístico, em termos lingüísticos, a área que compreendia entre a fronteira boliviana (rios Verde, Guaporé, Mamoré até Abunã) e a fronteira de Mato Grosso com o Amazonas e o Pará, áreas até então praticamente despovoadas (NASCENTES, 1953, p.25-26).⁴

Na contemporaneidade, o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil,⁵ que está documentando a língua portuguesa do Brasil na sua modalidade oral, poderá ratificar a proposta de Nascentes; propor novos contornos para a divisão apresentada pelo dialetólogo, ou até mesmo definir um novo desenho para a divisão dialetal do português do Brasil. Além disso, o produto final desse projeto – o Atlas Lingüístico do Brasil – fornecerá dados concretos sobre a norma lexical atualizada nos diferentes estados da Federação, o que propiciará a delimitação e a distribuição de regionalismos, muitos deles arcaísmos que se conservaram no uso da língua em certos espaços geográficos. A esse respeito, é ilustrativa a posição de Leão (1961) quando, ao tratar dos arcaísmos nos falares regionais, já apontava a falta de um estudo exaustivo acerca dessa questão, o que, segundo a estudiosa, só seria possível dentro de “minuciosas pesquisas dialetológicas”. Complementa a autora: “enquanto não se medirem os fatos para a elaboração de um atlas lingüístico brasileiro, disporemos apenas de informações fragmentárias e imprecisas, relativas aos arcaísmos da língua corrente, e à sua penetração na língua literária” (LEÃO, 1961, p.14). Essa ponderação da filóloga aplica-se também à questão dos regionalismos.

Situando a questão dos regionalismos

Discutir a configuração dos regionalismos no âmbito de uma língua implica considerar a noção de norma regional e popular, já que esses fatos lingüísticos situam-se na esfera da variação lexical de natureza diatópica, ou seja, a variação que se processa no eixo horizontal ou espacial. Partindo, pois, do conceito coseriano de norma como “um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente” (COSERIU, 1979, p.50), podemos entendê-la como uma tradição solidificada no uso da língua por uma comunidade lingüística, como hábitos que se impõem ao indivíduo, daí o seu caráter prescritivo.

⁴ A respeito da delimitação das áreas dialetais no Brasil, ver Cardoso (1996). A autora formula e discute questões como a existência ou não de uma grande divisão Norte/Sul no português do Brasil; o problema dos limites rígidos na definição de áreas diatopicamente diferenciadas; a definição de fatos lingüísticos relevantes a serem considerados numa distribuição geolingüística, além de enfatizar a necessidade de um Atlas Lingüístico do Brasil como requisito para a busca de uma divisão lingüística do Brasil.

⁵ Projeto interinstitucional sediado na Universidade Federal da Bahia. Maiores informações sobre o projeto poderão ser obtidas por meio de consulta ao sítio: <http://www.alib.ufba.br/>.

No caso do português do Brasil, a norma pode ser entendida sob duas perspectivas: num sentido mais amplo e num ponto de vista mais restrito. No primeiro caso, tomam-se como referência, por exemplo, as normas americana e europeia, concebidas como variantes facultativas determinadas por uma tradição cultural e social, o que permite admitir a existência de duas normas dentro de um único sistema lingüístico, o português. Na segunda perspectiva, adotando como parâmetro apenas a norma brasileira, focalizam-se as normas representativas das diferentes regiões brasileiras, também concebidas como variantes condicionadas por fatores socioculturais. Esse ponto de vista conduz a duas noções de norma: “uma *norma geral* – a da sociedade global ou da nação – e as *normas* parciais, regionais, ou as normas dos grupos minoritários dentro da comunidade” (BIDERMAN, 2001a, p.20).

Nessa linha de raciocínio, pode-se admitir a existência de diferentes níveis de regionalismos, considerando-se os diferentes graus de disseminação do fato lingüístico. No Brasil, a discussão centra-se, sobretudo, na definição de *brasileirismo*, conceito polêmico que tem povoado discussões acerca das marcas dialetais em dicionários gerais da língua, nomeadamente nas várias edições do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Em matéria de definição e de classificação, todavia, as posições teóricas são distintas e diversificadas. D’Albuquerque, por exemplo, na obra *Falsos Brasileirismos* ([1945?], p.40), propõe duas categorias de brasileirismos: *gerais* (usados em todo o Brasil) e *regionais* (baianismos, gauchismos, mineirismos...). Essa posição é referendada por Mattoso Câmara Jr. (1973, p.66), quando define *brasileirismos* como:

Qualquer fato lingüístico peculiar ao português usado no Brasil, em contraste com o fato lingüístico correspondente peculiar ao português usado em Portugal ou lusitanismo. O *brasileirismo* pode ser: a) regional, quando privativo de uma dada região do Brasil; b) geral, quando se estender por todo o território brasileiro.

Já Biderman, em seu *Dicionário contemporâneo do português* (1992), destinado a alunos do Ensino Fundamental e Médio, define *regionalismo* como “qualidade do que é característico de uma região” e *brasileirismo* como “uso de linguagem típico do Brasil”. Todavia, ao tratar do assunto em texto especializado, recupera a definição de Boulanger (1985), adaptando-a à situação brasileira:

qualquer fato lingüístico (palavra, expressão, ou seu sentido) peculiar a uma ou outra variedade regional do português falado no Brasil, exceptuando a variedade empregada no eixo lingüístico Rio/São Paulo, considerada a variedade de referência, ou seja, o português

brasileiro padrão, e excluindo também as variedades usadas em outros territórios lusófonos. (BIDERMAN, 2001b, p.136)

A autora aponta ainda dois aspectos a serem considerados no exame desse tipo de fato lingüístico: i) “qual o ponto de referência para definir um termo como regional”? ii) “se o vocábulo é regional relativamente a um dialeto padrão, qual é esse dialeto padrão, de qual região?” (BIDERMAN, 2001b, p.135).

Como já pontuado em trabalho anterior (ISQUERDO, 2006b), essa definição remete a duas questões mais amplas relacionadas à questão da norma lexical do português do Brasil: i) a necessidade premente de uma clara definição de políticas lingüísticas para o Brasil que estabeleçam diretrizes para o enfrentamento e o tratamento de questões que afetam a realidade lingüística brasileira, dentre outras, a dos regionalismos; e ii) a necessidade de uma ampla descrição da língua portuguesa do Brasil na sua modalidade oral e de estudos profundos acerca da produção na modalidade escrita, representativa de diferentes momentos da história da língua.

A complexidade dessa questão se acentua quando focalizada do ponto de vista da lexicografia regional e geral. Nesse particular, no Brasil, merece especial destaque a tese de doutoramento de Ana Maria Pinto Pires de Oliveira (1999) que, sob a orientação de Maria Tereza Camargo Biderman, realizou um exaustivo estudo sobre a questão dos brasileirismos no Dicionário Aurélio. Essa tese configura-se como um ponto de referência para o estudo dos regionalismos no português do Brasil, não só pelas contribuições fornecidas para o estudo desse fato lingüístico, mas também por fornecer uma análise consistente sobre a formação da norma lexical da variante brasileira do português.⁶ Em razão disso, optei por destacar, no âmbito deste trabalho, aspectos pontuais dessa pesquisa.⁷

Esse estudo teve como objetivo inventariar e analisar unidades vocabulares classificadas dialetalmente como *brasileirismos* por Ferreira, no *Novo dicionário da Língua Portuguesa* (1994), versão informatizada, e apresentar uma proposta de sistematização desses fatos lingüísticos. O levantamento de todas as unidades lexicais marcadas como brasileirismos, na obra lexicográfica em estudo, resultou num montante de 24.498 itens lexicais. Em virtude da amplitude do *corpus*, a pesquisadora selecionou 10% dos verbetes reunidos em cada uma das letras que compõem a nomenclatura do dicionário, o que resultou numa base de dados

⁶ Particularmente o Capítulo III – *O Português do Brasil* – apresenta uma síntese significativa de trabalhos realizados sobre o português do Brasil e discute com muita propriedade a problemática da classificação de unidades lexicais como brasileirismo/regionalismo (OLIVEIRA, 1999, p.59-81).

⁷ Com essa opção presto dupla homenagem, por entender que a deferência aqui dispensada à Profa. Ana Maria P. P. Oliveira, *in memoriam*, estende-se à sua orientadora, Profa. Maria Tereza Biderman, uma vez que a opção pela realização do estudo dos brasileirismos no Dicionário Aurélio resultou de uma resposta positiva da pesquisadora à sugestão da sua orientadora.

de 2.449 itens lexicais, dos quais selecionou uma amostragem de 400 brasileirismos, para fins de análise (OLIVEIRA, 1999, p.93).

Com base na análise e discussão de critérios já existentes para a identificação de brasileirismos, a autora definiu esse fato lexical como “todo fato lingüístico, de caráter geral ou regional, que caracterize o português em uso no Brasil, em contraste com o usado na Europa”. Assim, pautando-se nos resultados do seu estudo sobre a questão das marcas dialetais de natureza diatópica no Dicionário Aurélio (1994) e orientada por esse conceito de brasileirismo, propôs a seguinte tipologia para o estudo desse fato lingüístico: *indigenismos; africanismos; lexias transplantadas que, no Brasil, assumiram novos matizes - brasileirismos semânticos; formações e derivações brasileiras de base vernácula e de base híbrida - vernácula/indígena e vernácula/estrangeira e lexias de origem expressiva próprias do uso brasileiro* (OLIVEIRA, 1999, p.95-99).

Dentre outras conclusões obtidas com o estudo, a pesquisadora constatou a “fragilidade da classificação de alguns brasileirismos apontados no Dicionário Aurélio, não raras vezes considerada incoerente, se comparada à expressão lingüística utilizada na definição”. Além disso, “a não especificação dos critérios empregados pelo lexicógrafo na categorização desses fatos lingüísticos” foi outro fator apontado pela estudiosa para a imprecisão da classificação apresentada pelo lexicógrafo (OLIVEIRA, 1999, p.337).

A estudiosa destaca também a necessidade de se estabelecer a diferença entre brasileirismos e regionalismos, pois muitos itens lexicais classificados como regionalismos, às vezes, correspondem a arcaísmos portugueses, o que significa que não podem ser considerados brasileirismos. A pesquisadora cita como exemplos desse fenômeno casos de unidades lexicais do campo léxico da *alimentação* marcadas dialetalmente como brasileirismos gerais no Dicionário Aurélio que são de uso restrito a uma dada região, o que lhes confere o estatuto de regionalismos: *acalenta-menino, acarajé, arroz-de-hauçá, arroz-de-função, anguzô* (OLIVEIRA, 1999, p.336).

As definições dessas unidades lexicais constantes do *Novo Dicionário Aurélio - Século XXI* (1999) são ilustrativas quanto aos equívocos evidenciados nesse dicionário, no que tange à inserção de marcas dialetais de natureza diatópica, tão bem apontados por Oliveira (1999). No caso, itens lexicais que nomeiam referentes específicos de determinadas regiões são classificados como de uso nacional (brasilirismos). Por exemplo: *acalenta-menino* é definido como “Bras. Feijão saboroso, que cozinha depressa, muito usado na alimentação das crianças”; *acarajé* como “Bras. Cul. Bolinho da culinária afro-baiana, feito de massa de feijão-fradinho, frito em azeite-de-dendê, e que se serve com molho de pimenta, cebola e camarão seco; acará”; *arroz-de-hauçá*, como “Bras. Cul. Prato típico da cozinha baiana e nordestina, preparado com arroz branco, sem

outro tempero senão o sal, e que se costuma enfeitar com pedacinhos de carne-do-sertão, ou de charque, fritos com alho e cebola, e postos em volta do prato”; *arroz-de-função*, como “Bras. Cul. V. arroz-doce. Arroz cozido no leite adoçado com açúcar, e temperado com casca de limão, canela em pau, ou água de flor de laranja, cravo, etc., e em geral polvilhado com canela; arroz-de-função, arroz-de-leite”; *anguzô*, como “Bras. Angu com caruru; Bras. Espécie de angu de milho; Bras. PE Esparregado que se come com angu”.

Observando-se o teor das definições, nota-se que esses regionalismos nomeiam referentes em sua maioria representativos do Nordeste brasileiro, portanto, desconhecidos no restante do País. Em *arroz-de-hauçá*, por exemplo, a própria definição já esclarece tratar-se de uma comida baiana e nordestina. *Arroz-de-função*, por sua vez, remete a uma variante regional de arroz-doce, que não integra a norma atualizada em todas as regiões brasileiras. Daí fatos lingüísticos dessa natureza não se configurarem como brasileirismos/regionalismos gerais.

Exemplos desse tipo remetem à questão do referente como um dos fatores geradores de regionalismos. Recortes de mundo distintos exigem formas também específicas de nomeação. Aliás, o problema da referenciação constituiu-se num dos grandes obstáculos a ser transposto pelo colonizador no período colonial, o que pode ser observado nos relatos de viagens, nos documentos escritos no Brasil colônia, a começar pela Carta de Caminha, que evidenciam a relação entre palavras e coisas em território brasileiro, e contribuem para a identificação dos “nomes do Brasil”, na verdade, “os nomes atribuídos às coisas do Brasil”, ensejando assim o início do delinear de uma norma nacional, distinta em muitos aspectos da transplantada pelo colonizador.

Na verdade, essa norma foi se desenhando de forma distinta nas diferentes regiões brasileiras, motivada por condicionantes extralingüísticos, como os fatores físico-geográficos que as individualizam, os contatos étnicos que ali se processaram, as atividades econômicas predominantes, enfim, pela história social das várias áreas culturais que foram se formando, nos mais diferentes rincões do Brasil, ao longo da sua história.

Considerando, pois, esses condicionantes, como também o papel do referente na configuração de um regionalismo e a tese da necessidade de se diferenciar brasileirismos de regionalismos, defendida por Oliveira (1999) e aqui aceita, examinarei alguns verbetes do *Vocabulário da erva-mate no cone sul de Mato Grosso do Sul* (JUSTINIANO, 2006),⁸ que bem ilustram essas questões. Trata-se de um vocabulário específico de uma atividade extrativista explorada no sul do

⁸ Trabalho produzido como dissertação de Mestrado no Programa de Mestrado em Letras da UFMS, defendido em 2005. A pesquisa foi realizada junto a profissionais que atuam nas diferentes fases do trabalho com a erva-mate em quatro municípios localizados na fronteira do Brasil com o Paraguai (Ponta Porã, Amambai, Caarapó e Tacuru). O levantamento dos dados foi realizado com o auxílio de questionário elaborado para esse fim e resultou num acervo de 301 unidades lexicais relacionadas à atividade extrativista da erva-mate.

estado de Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai, desde o século XIX, que já se configurou como um expoente econômico da região. São unidades lexicais que nomeiam referentes específicos, configurando-se assim como regionalismos locais.

erva crioula *s.f. 1* Erva-mate do tipo caseira produzida na própria região e pelo processo rudimentar. *Aqui na fazenda, nós toma apenas <erva crioula>, fabricada aqui mesmo pelo processo antigo* (TL).

erva cuê *s.f. 1* Erva sem sabor, velha, que já foi utilizada no preparo do tereré ou do mate. *Tomadô de tereré ou di mate, logo percebe o gosto ruim de <erva cuê>, aí precisa trocá a erva* (IM).

erva-mate cancheada *s.f. 1* Erva já submetida ao processo de quebramento e pronta para ser moída. *O estado de Mato Grosso exportava para a Argentina a <erva-mate cancheada> e lá, ela era preparada para a venda* (CF).

erva sarandada *s.f. 1* Erva submetida à saranda, espécie de peneira que separa a erva mais fina da grossa. *A <erva sarandada> é fina, com poucos palitos, especial para exportação* (CF).⁹

Observa-se que o lema do verbete e a sua respectiva definição remetem a uma realidade regional, distinta das demais regiões brasileiras. Além da especificidade dos referentes, percebem-se marcas de contatos interétnicos – *erva cuê*, por exemplo, é uma unidade lexical de uso corrente na região que nomeia a erva que já foi usada, que já está sem sabor, após muitas “rodadas de mate ou de tereré”; *erva-mate cancheada*, por seu turno, dá mostras da influência gaúcha no falar da região; *cancheat*, por exemplo, é classificado no Dicionário Aurélio (1999) como “brasileirismo do Sul”. Todavia, a palavra migrou com o grupo que a fala e fixou-se em outra região do Brasil para nomear uma atividade no âmbito de uma especialidade, no caso, o vocabulário usado por falantes ligados à atividade de extração e preparo da erva-mate. Nos dois exemplos, temos formações de base híbrida, respectivamente, português/guarani (*erva cuê*) e quíchua, via espanhol platino, e sufixo português (*cancheat*). Outra hipótese é a de que a unidade lexical em exame tenha entrado na região pelo Paraguai, em razão dos contatos lingüísticos existentes nesse espaço geográfico. *Formações híbridas* é uma das categorias apontadas por Oliveira (1999) para classificar um item lexical como brasileiro/regionalismo.

Os demais verbetes – *erva crioula* e *erva sarandada* – também ilustram o uso regional dos termos *crioulo* (rudimentar, caseiro) e *saranda* (espécie de

⁹ Na transcrição do verbete, foram suprimidos alguns itens contemplados pela definição, como origem, sinônimos, variantes, remissivas, notas, dados os limites deste trabalho. A sigla entre parênteses após a abonação identifica o informante que forneceu o exemplo.

peneira). *Sarandear* – o ato de movimentar a *saranda* com a finalidade de peneirar a erva – pode ter resultado de analogia entre a ação de *sarandear* (saracotear-se, menear o corpo na dança) e a ação de movimentar a peneira para separar a erva fina da grossa. *Sarandear* pode ser uma variante de *sarabanda* – “música, e dança alegre com meneios de corpo hum pouco indecentes” (MORAIS E SILVA, 1922). Do espanhol “zarabanda” – “danza picaresca que se bailaba en España en los siglos XVI y XVII. Música para ella. Copla que se cantaba con ella. Movimiento rápido e desordenado de cosas, que produce mareo” (MOLINER, 2000). A palavra pode ter migrado para o sul do Brasil, seja diretamente do espanhol platino, seja com o colonizador português, e se fixado na fala sulista, integrando a norma local. Talvez o Dicionário Aurélio tenha considerado essa segunda hipótese para não marcar dialetalmente essa unidade lexical. O Dicionário Houaiss (2001), por sua vez, a classifica como um “regionalismo do Sul do Brasil”.

Frente ao exposto, pode-se aventar a hipótese de a unidade lexical *sarabanda* ter se disseminado no Centro-Oeste, sul de Mato Grosso do Sul, com as várias levadas de migração gaúcha que marcaram o povoamento da região em questão e na fronteira do Brasil com o Paraguai ter sofrido alterações formais e uma especialização de sentido, dando origem à *saranda* (peneira) e a *sarandear* (ato de movimentar a peneira). Não é demais lembrar que Moraes e Silva (1922) registra *sarabandear* como “dançar sarabanda”. Ou seria o uso dessa palavra fruto do contato do português com o espanhol também nessa faixa de fronteira, já que a atividade de exploração da erva-mate até hoje depende da mão-de-obra do imigrante paraguaio, o detentor dos segredos do seu preparo para o consumo? Reportando-se novamente à tipologia de Oliveira (1999) e considerando as hipóteses aventadas, *saranda* poderia ser incluída na categoria das *lexias de origem expressiva próprias do uso brasileiro*. Ainda no âmbito do vocabulário da erva-mate, merecem destaque verbetes como: *caa plantado*, *caa pocã*, *caa porã*, *cancha*, *cancha de barbaquá*, *cancha de tambora*.

caa plantado *s.m.* 1 Conjunto de pés de erva-mate plantado pelo homem. *Os <caa plantado> produz ainda mais que os outros nativos do mato* (IF).

caa pocã *s.f.* 1 Erval ruim que reúne poucas plantas e que não rende no corte. *Quando o minero encontrava uma <caa pocã> ficava muito desanimado* (IF).

caa porã *s.f.* 1 Erval bom formado por vários pés de erva juntos, e que rendem bastante na hora do corte. *Na região de Aral Moreira havia bastante <caa porã> que enchia os olhos do capatais* (FG).

Esses três verbetes dão mostras de uma característica do vocabulário pesquisado por Justiniano (2006): a presença do fenômeno das línguas em contato no vocabulário da erva-mate. Fatores de natureza histórico-geográfica justificam esse quadro. Como se trata de fronteira seca, convivem nessa faixa de território três idiomas: o português, o espanhol e o guarani. No vocabulário da erva-mate, essa realidade lingüística ficou particularmente evidenciada.¹⁰ Dos verbetes supramencionados, formados a partir de *ka'a* (folha, mato, erva), dois são de base indígena (*caa pocã* e *caa porã*) e um de natureza híbrida, indígena/português (*caa plantado*). São exemplos de regionalismos locais motivados por condicionantes extralingüísticos, como a formação étnica do grupo, a situação histórico-geográfica da localidade, a atividade econômica focalizada. O primeiro, uma formação híbrida e os dois últimos, indigenismos, segundo Oliveira (1999).

Por fim, destaco o conjunto de verbetes formados a partir de *cancha* – *cancha de barbaquá*, *cancha de tambora* – que denota a influência do espanhol platino no léxico regional aqui focalizado. No âmbito dos ervais sul-mato-grossenses, genericamente, *cancha* nomeia o espaço onde se processa o trabalho com a *Ilex paraguariensis*. Nos verbetes a seguir, aparece especificada por um determinante, *barbaquá* e *tambora*, formando lexias híbridas. A primeira, de base indígena, designa “forno usado para secar a erva-mate, cujo calor é transmitido ao carijo por meio de condutores” (FRANCO; HOUAISS; VILLAR, 2001). Já a segunda, de origem espanhola, assume uma conotação bem específica no contexto de uso em tela: “objeto cilíndrico feito de chapas de aço, composta de ganchos internos que vão conduzindo as folhas de erva para fora, que é colocado sobre um forno, cuja finalidade é o sapecamento da erva-mate crua” (JUSTINIANO, 2006). Mais dois casos de regionalismos classificados como formações híbridas, segundo Oliveira (1999):

cancha de barbaquá *s.f* 1 Pátio em frente ao barbaquá que serve para depositar a erva crua que vem dos ervais e para a circulação dos trabalhadores. A <**cancha do barbaquá**> serve pra gente jogar os galhos de erva sobre o barbaquá (TL).

cancha de tambora *s.f* 1 Pátio em frente à tambora que serve para depositar a erva para o primeiro sapeco. Quem trabalha na <**cancha da tambora**> recebe muito calor dos forno da canhoneira (FG).

¹⁰Do total de verbetes que integram o vocabulário, 57% (162) são de base portuguesa; 17% (55) de base guarani ou de outras línguas indígenas; 12% (39) de origem espanhola e 14% (45) de base híbrida (JUSTINIANO, 2006, p.207).

Considerações finais

Neste trabalho, foram destacadas questões que afetam o estudo dos regionalismos no âmbito da língua portuguesa do Brasil. Alguns aspectos carecem ser retomados à guisa de conclusão, mais como uma ratificação do já exposto, em caráter de síntese, uma vez que conclusões parciais já foram apontadas ao longo do trabalho. Creio ter ficado evidente a necessidade de uma ampla descrição da norma lexical atualizada nas diferentes regiões brasileiras, como condição básica para a definição dos regionalismos no português do Brasil. A par disso, há que se ter em vista que esse estudo não pode estar desvinculado da dimensão histórico-social da linguagem, considerando-se que é no âmbito de um grupo social que a norma se instaura, é disseminada ou fica confinada a determinados espaços geográficos, dependendo das características socioculturais desse grupo. Enfim, o estudo dos regionalismos não pode abster-se do exame de fatores dessa natureza, sob pena de equivocar-se na configuração de um fato lingüístico como regional.

ISQUERDO, A. N. Contributions for the Discussion of the Concept of Regionalisms in Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.9-24, 2006.

- *ABSTRACT: The present work discusses regionalisms in Brazilian Portuguese, relating the issue of lexical norm to sociohistorical factors – ethnic formation of the Brazilian people, the settlement process of the territory, linguistic contacts, economic activities – and the environmental characteristics individualizing the different geographic regions of Brazil. It also examines the criteria for the definition of regionalisms, highlighting those presented by Oliveira (1999) and analyzes some regionalisms that form the lexical collection of the Brazilian Portuguese language based on those criteria.*
- *KEYWORDS: Lexicon; lexical norms; regionalism; diatopic variation; Portuguese; Brazil.*

Referências bibliográficas

BIDERMAN, M. T. C. *Dicionário contemporâneo do português*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001b. p.131-144.

- CARDOSO, S. A. M. Para uma delimitação de áreas dialetais no Brasil. In: *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: conferências e mesas-redondas*. Salvador: ABRALIN/FINEP, UFBA, 1996. p.181-186.
- COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: _____. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979. p.13-85.
- CUESTA, P. V.; LUZ, M. A. M. de. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- D'ALBUQUERQUE, A. T. *Falsos brasileirismos*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, [1945?].
- DIÉGUES JÚNIOR, M. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC. INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio século XXI: dicionário eletrônico versão 3.0*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lexikon Informática, 1999.
- FRANCO, M. de M.; HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ISQUERDO, A. N. Brasileirismos, regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira. In: BERLINCK, R. de A.; GUEDES, M.; MURAKAWA, C. de A. A. (Org.) *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006a. p.11-29. (Trilhas linguísticas, 8)
- _____. Normas lexicais no português do Brasil e desafios para a lexicografia brasileira. In: *Atas do XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística*. Uberlândia: [s.l.], 2006b. (no prelo)
- JUSTINIANO, A. L. *Vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UNIDERP, 2006.
- LEÃO, A. V. *História de palavras*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1961.
- MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, J. *Dicionário de filologia e gramática*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1973.
- MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 2000.
- MORAES E SILVA, A. *Diccionario da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922. Edição fac-símile da segunda edição, 1813.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de. *O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. 1999. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

RIBEIRO, D. *O povo do Brasil: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, J. *História do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954.

SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1986.